

1ª PARTE

A DISCUSSÃO CLÁSSICA SOBRE NOMES PRÓPRIOS

Capítulo I

Noções centrais na discussão clássica sobre nomes próprios

Nos inúmeros trabalhos filosóficos que trataram dos nomes próprios ao longo do século XX, existem algumas noções que aparecem muito frequentemente. De fato, as questões mais importantes discutidas nesses trabalhos só podem ser formuladas com o auxílio dessas noções. Por exemplo, a questão “nomes próprios têm sentido?” só pode ser formulada e conseqüentemente respondida se entendermos a noção de *sentido*; da mesma forma, a questão “como a referência de um nome próprio é determinada?” só pode ser tratada quando a noção de *referência* é compreendida. Assim, fica evidente que o esclarecimento dessas noções é de extrema importância para qualquer trabalho filosófico que verse sobre os nomes próprios.

Este capítulo tem o papel de fazer esse esclarecimento. Aqui vou apresentar e tentar elucidar as noções mais relevantes dentro da discussão clássica sobre os nomes próprios. Esse trabalho não é tão simples quanto pode parecer, longe disso. O que o torna complicado é o fato das tais noções em geral não possuírem definições explícitas e de serem algumas vezes usadas de formas diferentes por autores diferentes. Minha tarefa, portanto, na maioria dos casos, consistirá em identificar o uso filosófico mais difundido e adequado de uma noção e tentar defini-lo ou pelo menos caracterizá-lo da melhor forma possível. Não obstante, quando o uso mais difundido não me parecer o uso mais adequado, vou tentar definir ou caracterizar o segundo.

Nas duas seções seguintes, vou focar dois grupos distintos de noções. A distinção entre esses dois grupos tem relação com a distinção que Wittgenstein apontou entre o significado do nome *n* e o portador do nome *n* (cf. WITTGENSTEIN, 1996: §40). As noções da primeira seção são usadas quando questões sobre o portador de um nome próprio estão em pauta. As noções da segunda seção entram em cena quando se discutem questões sobre o possível significado de um nome próprio. Uma vez conhecidas e explicitadas essas noções, estaremos preparados para, no capítulo seguinte, examinar as questões que esquentaram a discussão clássica sobre nomes próprios.

1.1. Referência e denotação

Começo fazendo uma distinção entre “denotar”, “referir”, “denotação” e “referência” (ou “referente”). Esta distinção se baseia no uso que certos autores fazem destes termos e, portanto, não é original nesse sentido. Primeiramente farei a distinção de um modo mais rápido, dando apenas a definição de cada noção a ser distinguida, depois darei esclarecimentos mais detalhados sobre cada definição, e, por fim, discutirei o emprego efetivo da distinção, verificando em que medida e de que modo ela foi aplicada na tradição analítica.

Denotar é uma relação binária que envolve uma expressão e uma entidade. Uma expressão “t” denota a entidade b se e somente se o enunciado “t=b”¹ é verdadeiro. Referir é uma relação ternária que envolve um falante, uma expressão e uma entidade. Um falante A refere uma entidade b com a expressão “t” se e somente se A tem a intenção de usar “t” como um designador de b². Dessa forma, denotar é uma relação objetiva e referir é uma relação subjetiva. Denotação é a entidade que corresponde a uma expressão em uma relação de denotar. Referência ou referente é a entidade que corresponde a uma expressão em uma relação de referir. Agora vamos aos esclarecimentos.

Em primeiro lugar, é preciso falar sobre as expressões que podem entrar em relações de denotar e referir. Quando se trata do conjunto dessas expressões, é possível ser mais ou menos permissivo. Na literatura filosófica, há quem atribua a função denotativa ou referencial à maioria das expressões da linguagem, mas também há quem seja mais restritivo e atribua tal função apenas às expressões que denotam ou referem coisas singulares. Frege, por exemplo, é bastante permissivo. Para ele, tanto os sujeitos como os predicados de um enunciado desempenham uma função denotativa. Em *On Concept and Object*, ele

¹ Aqui “b” pode ser o nome de batismo do objeto, ou um demonstrativo acompanhado do gesto de apontar o objeto, ou uma expressão que designa o objeto univocamente. É importante chamar a atenção para o modo como a noção de *denotar* é definida em função da noção de *verdadeiro*. Isso é digno de nota porque a definição técnica de *sentença verdadeira* depende da noção de *interpretação*, e uma interpretação pode ser vista como uma relação de denotar. Para que a definição de “denotar” dada acima não seja circular, será preciso adotar uma outra definição de *verdade*. Embora chame atenção para esse fato, não vou propor aqui nenhuma definição de *verdade*.

² Duas observações: (a) Uso o verbo *referir* como verbo transitivo direto, o que é gramaticalmente correto, mas pode soar esquisito. Não há uma razão especial para usá-lo assim. Talvez o faça por assimilação, para aproximar o seu uso àquele dos verbos *denotar* e *designar*, que são transitivos diretos. (b) Como se esclarecerá adiante, a intenção do falante quase sempre é condicionada por fatores sociais, fatores que devem ser observados para que a comunicação tenha êxito.

afirma: “Um conceito é a referência³ de um predicado. Um objeto é algo que nunca pode ser a referência completa de um predicado, mas pode ser a referência de um sujeito” (FREGE, 1951: 173). E mais ainda, para Frege, o próprio enunciado pode ser visto como uma expressão denotativa. Ele denota o seu valor de verdade, caso tenha um. Carnap é tão permissivo quanto Frege. Na terminologia de Carnap, as expressões capazes de denotar constituem a classe dos designadores. Ele explica logo no começo de *Meaning and Necessity* que os designadores “incluem sentenças (declarativas), expressões individuais (i.e., constantes individuais ou descrições individuais) e predicadores (i.e., constantes predicativas ou expressões predicativas compostas, incluindo expressões de abstração)” (CARNAP, 1988: 1). Russell também admite que predicados e termos relacionais denotam respectivamente propriedades e relações. Além disso, em *On Denoting*, ele coloca entre o que ele chama de “expressões denotativas”, expressões que são associadas a classes de entidades ou a entidades indeterminadas, expressões como “tudo”, “nada”, “algo”, “um homem”, “algum homem” etc (cf. RUSSELL, 1905: 480-1). Ele só não concorda que sentenças tenham a função de denotar alguma coisa. Hoje, em geral, a faixa de permissividade é menor, e, mesmo assim, ainda há gradações dentro dela. Os mais permissivos admitem nomes de classes, tipos e espécies naturais e coisas singulares como fazendo parte do conjunto das expressões denotativas, deixando de fora, porém, expressões como pronomes indefinidos, sentenças, e muitos termos predicativos. Os menos permissivos admitem apenas termos singulares como expressões aptas a denotar ou referir. Termos singulares são essas expressões que denotam ou referem coisas singulares. Nas primeiras linhas de *On Referring*, Strawson faz uma relação dessas expressões. Diz ele:

As classes de expressões que são mais comumente usadas neste modo são: pronomes demonstrativos singulares (“isto” e “aquilo”); nomes próprios (e.g. “Veneza”, “Napoleão”, “João”); pronomes pessoais e impessoais singulares (“ele”, “ela”, “eu”, “você”); e expressões começando com o artigo definido seguido por um nome, qualificado ou não qualificado, no singular (e.g. “a mesa”, “o velho”, “o rei da França”) (STRAWSON, 1950: 320).

³ A palavra traduzida aqui por “referência” (*reference*, no artigo citado) é “*Bedeutung*”, que, no uso de Frege, se aproxima mais do que estou chamando de “denotação”.

Essa é uma lista das expressões mais comumente usadas como termos singulares. Nela, é preciso pedir especial atenção aos nomes próprios e às descrições definidas. Estas últimas são caracterizadas pelo artigo definido no singular preposto a um termo predicativo, não importando o que a expressão designa (se é que designa algo) nem como designa. Assim, são exemplos de descrições definidas “A Estrada da Vida”, “o maior número primo”, “o pai de Telêmaco”, “a porta” etc. É interessante, porém, distinguir entre descrições definidas cujo termo predicativo especifica condições univocamente satisfazíveis (e.g., “o campeão do Torneio de Tênis de Roland-Garros em 2001”) e as que não têm tal característica (e.g., “a mesa”). Seguindo uma terminologia usada por Kripke em *Speaker’s Reference and Semantic Reference* (cf. p. 226), chamarei as descrições do primeiro tipo de “descrições definidas próprias”, e as do segundo tipo, de “descrições definidas impróprias”. Quando se trata destas últimas, o contexto é imprescindível para esclarecer qual a denotação da descrição. Em todo caso, de acordo com uma opinião de Donnellan que veremos adiante, mesmo a denotação das descrições definidas próprias pode variar de acordo com o contexto do proferimento.

Nomes próprios e descrições definidas são importantes porque o debate entre os descritivistas e os defensores da teoria da referência direta, que examinaremos no próximo capítulo, gravita em torno de questões sobre esses termos.

Discussão ainda mais controversa diz respeito às entidades denotadas ou referidas. A controvérsia existe porque diferentes filósofos assentam a discussão sobre diferentes pressupostos ontológicos. De um modo geral, fala-se da classe das entidades denotadas ou referidas como de uma classe de objetos, mas, na realidade, as entidades dessa classe nem sempre são caracterizadas como objetos no sentido aristotélico, *i.e.*, como substâncias primárias. Além de objetos aristotélicos, objetos mereológicos, eventos, processos etc são entidades que também podem ser denotadas e referidas.

De todo modo, o foco da discussão está mesmo é na questão sobre quais entidades não são denotáveis. De fato, a maioria dos filósofos concorda que denotações e referências pertencem ao conjunto das coisas reais, mas não é sempre que eles dão indicações sobre os critérios que determinam a realidade das coisas reais. Um critério que se poderia adotar é o de que coisas reais são coisas

espaço-temporais, mas esse critério tem o inconveniente de ser demasiadamente restritivo. Com efeito, muitos filósofos querem incluir os números no conjunto das coisas reais, muito embora não haja um consenso sobre o *status* ontológico dos mesmos e sobre o nosso acesso epistêmico a eles. Além disso, quando se admitem números no domínio do real, isso pode facilitar a entrada de outras entidades imateriais. De fato, uma outra sugestão, e essa é das mais radicais, expressa-se na exigência de que as portas da realidade devem estar abertas para todos. Essa era a proposta, por exemplo, de Meinong. Para ele, seres ficcionais também devem ser admitidos na legião das coisas reais. E não só eles, entidades inconcebíveis, como o círculo quadrado, também devem ter o seu lugar. Já Russell, se não chega a ter a tolerância de Meinong com todas as entidades sem pátria concebíveis e inconcebíveis, não deixa de ter também a sua medida de generosidade ontológica. Pelo menos em *On Denoting* ele esboça um procedimento que permite derivar uma entidade a partir de qualquer enunciado verdadeiro do tipo aRb . O que Russell diz é o seguinte:

Esta diferença se aplica a proposições verdadeiras e falsas em geral. Se “ aRb ” significa “ a tem a relação R com b ”, então quando aRb é verdadeira, há uma entidade tal como a relação R entre a e b ; quando aRb é falsa, não há tal entidade. Assim a partir de qualquer proposição nós podemos fazer uma expressão denotativa, que denota uma entidade se a proposição é verdadeira, mas não denota uma entidade se a expressão é falsa (RUSSELL, 1905: 490).

Alguns exemplos são suficientes para entender como funciona o procedimento russelliano. O exemplo utilizado por Russell é sobre a revolução da Terra em torno do Sol, segundo ele, uma vez que é verdade que a Terra gira em torno do Sol, existe uma entidade que é a revolução da Terra em torno do Sol. Podemos pensar em outros exemplos: se é verdade que o gato é branco, a brancura do gato é uma entidade; se é verdade que Norah canta bem, algo como o bem-cantar de Norah é uma entidade; e se é verdade que o presidente do Brasil é barbudo, a barbudice do presidente do Brasil é uma entidade. Quando Frege diz que o artigo definido singular sempre indica um objeto (cf. FREGE, 1951: 171), isso também equivale a prover um meio para construir expressões denotativas que identificam os objetos mais inusitados. Por fim, em par com os filósofos que se preocupam em esclarecer quais coisas servem como denotação ou referência, há

também os que simplesmente dizem que denotações ou referências são coisas reais e ponto, aparentemente pressupondo que todo mundo sabe o que é o real.

Dada essa diversidade de opiniões, não me parece possível dar um critério suficientemente geral para determinar o conjunto das entidades que podem ser denotadas ou referidas. Parece-me que para caracterizar tal conjunto o melhor que podemos fazer é dar exemplos de alguns dos seus membros. Assim, pelas luzes de grande parte dos filósofos, são entidades aptas a serem denotadas ou referidas as entidades correspondentes a termos como: “Fortaleza” (a cidade em seu aspecto físico, ou a cidade em seu aspecto humano, ou a cidade em outro aspecto qualquer), “Shakira”, “ABL”, “Appassionata” (a sonata), “Mind” (a revista), “Ilíada”, “Confederação do Equador”, “Petrobrás”, “Igreja”, “Páscoa”, “ π ”, “2010” (tanto o ano quanto o número) e “Sétima Arte”. Já para os termos a seguir, a existência de uma denotação ou referência parece mais duvidosa, embora uma mente mais aberta (talvez temerariamente aberta) poderia lhes fazer tal concessão: “zero absoluto”, “Chinês” (a língua), “o bem-cantar de Norah”, “o tempo” (não no sentido meteorológico), “Papai Smurf” etc.

Outro ponto que pede esclarecimento diz respeito especificamente à definição de “referir”. Foi dito que um falante A refere uma entidade b com a expressão “t” se e somente se A tem a intenção de usar “t” como um designador de b. Chama atenção o fato de que “referir” é definido (ou pelo menos caracterizado) em termos das intenções do falante. Isso certamente dá ao referir um indisfarçável cheiro de subjetividade. Essa subjetividade, no entanto, é limitada, pois o falante em geral não pode escolher qualquer coisa para chamar de “t”, seu uso de “t” é condicionado pelo uso social. O falante sabe que os outros usuários de “t” devem intencionar usar o termo para designar uma certa referência. Assim, se o falante pretende se comunicar adequadamente, ele deve intencionar usar “t” da mesma forma. Como o falante não pode ter certeza do que os outros intencionam, sua escolha ainda é subjetiva. Em todo caso, ela não é arbitrária, pois tem condicionantes.

Outra coisa que se deve esclarecer é o fato de que, embora o falante tenha a intenção de chamar b de “t”, isso não implica que ele acredite que “t=b” é verdade, ou seja, o falante não precisa acreditar que t é o nome de batismo de b ou que é uma descrição adequada de b. Por exemplo, pode acontecer que o falante seja um detetive e suspeite que b use uma identidade falsa. Mesmo não

acreditando que *t* seja o nome de batismo de *b*, o falante pode usar *t* para referir *b*, isso para que as outras pessoas entendam de quem ele está falando⁴. Dessa forma, é verdade que sempre há uma crença pressuposta numa relação de referir. A crença, porém, não é de que o termo usado para referir o objeto é o nome de batismo ou uma correta descrição do objeto, é antes a crença de que, fazendo-se uso do termo, os ouvintes saberão a quem o falante está se referindo.

O que acontece quando um falante intenciona se referir a um objeto *b* através de um termo “*t*” e “*t*” não é usado pela comunidade dos falantes para designar *b*? Será que nesse caso caberia dizer que a referência intencionada pelo falante está errada? Bem, pode-se dizer que ela está errada no sentido de que não é a referência intencionada pelos outros falantes. Mas não se pode dizer que é errada por não ser a verdadeira referência de *t*. Na realidade, não há uma verdadeira referência de *t*, posto que não é o termo em si que refere. Cada falante usa *t* para referir o que quiser. Acontece que, normalmente, deseja-se referir com *t* aquilo que os outros também referem. Se esse é o propósito do falante e o mesmo não é realizado, então é possível dizer que o falante cometeu um erro de comunicação. Se, por outro lado, o falante usa *t* do seu modo, sem se importar com o uso dos outros falantes (como Humpty Dumpty), ele nunca poderá errar. Não há nenhum propósito frustrado nesse caso.

Pode-se argumentar que quando o falante usa uma descrição definida “*D*” para referir um objeto *b*, a importância do fator intencional se esvazia. “*D*” teria uma estrutura que lhe permitiria apontar para *b* por meio de uma das propriedades distintivas do mesmo. Por exemplo, a descrição definida, “o homem segurando um copo de martini”, descreveria um homem que tem uma certa propriedade distintiva, a saber, a de estar segurando um copo de martini. Keith Donnellan, porém, em seu artigo, *Reference and Definite Descriptions*, mostra que mesmo nesses casos a intenção do falante não pode ser desprezada. Segundo ele, a descrição “o homem segurando um copo de martini” pode ser usada para referir certo homem mesmo que ele não esteja segurando um copo de martini. Nesse caso, não é a estrutura da descrição sozinha que possibilita o referir, a intenção do falante é imprescindível. A intenção do falante é referir alguém que

⁴ Esse exemplo é adaptado de um exemplo de Donnellan em *Reference and Definite Descriptions* (pp. 290-1). O exemplo original envolve descrições definidas. Alguém pode se referir a um indivíduo como “o Rei” mesmo acreditando que ele é um usurpador.

sua audiência possa identificar mesmo quando esse alguém não se distingue pela propriedade mencionada na descrição. Quando o falante usa uma descrição dessa forma, Donnellan diz que ele faz um *uso referencial* da descrição. Se, por outro lado, consideramos a descrição independentemente da intenção de quem a usa, e usamos essa descrição para falar de quem quer que apresente a propriedade mencionada na descrição, nesse caso temos um exemplo do que Donnellan chama de *uso atributivo* da descrição. Mas, nesse caso, não há uma relação de referir, há uma relação de denotar; a descrição denota o objeto que satisfaz a propriedade que ela descreve (cf. DONNELLAN, 1998: 176).

Além desses esclarecimentos mais técnicos a respeito das definições mencionadas no começo da seção, é interessante também esclarecer o que conseguimos quando denotamos ou referimos algo, quais as vantagens que logramos ao fazer isso.

Em primeiro lugar, quando referimos, conseguimos falar sobre o objeto referido mesmo quando não temos acesso epistêmico direto ao mesmo. Em *On Denoting*, essa é a primeira coisa que Russell cita como razão para usarmos o que ele chamava de “expressões denotativas”. O que ele diz é o seguinte:

A questão de denotar é de uma importância muito grande, não só em lógica e em matemática, mas também em teoria do conhecimento. Por exemplo, nós sabemos que o centro de massa do Sistema Solar em um instante definido é algum ponto definido, e nós podemos afirmar um número de proposições sobre ele, mas nós não temos nenhuma familiaridade imediata com esse ponto, que para nós é conhecido apenas por descrição (RUSSELL, 1905: 479).

Logo em seguida, Russell explica que a diferença entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição equivale à diferença entre o que conhecemos por apresentações, ou seja, através da percepção ou do pensamento, e o que alcançamos apenas por meio de expressões denotativas, como é o caso do centro de massa do Sistema Solar em dado instante. Dada essa explicação, fica evidente que essas expressões denotativas têm um valor imprescindível para a construção do conhecimento. Sem elas todo um universo de conhecimento seria inalcançável para nós. Mas, além de nos dar acesso a essas coisas que não poderiam ser conhecidas por familiaridade, elas nos permitem prescindir da familiaridade também em outros casos, seja por uma questão de conveniência,

seja por uma questão de necessidade. Elas nos permitem, por exemplo, ter um conhecimento sobre a *Monalisa*, sem que precisemos visitar o Louvre.

É verdade que Russell está falando da relação de denotar, mas o que ele diz se aplica também, e até com muito mais propriedade, à relação de referir. Referir é semelhante a apontar, só que a eficiência do referir supera a do apontar. O falante só pode apontar algo que lhe é co-presente e espacialmente próximo, e ao mesmo tempo está dentro dos limites de seu campo de alcance epistêmico. Mas, quando o falante refere usando uma expressão, o que ele faz vai além de qualquer limitação temporal, espacial ou epistêmica. Vejamos alguns exemplos que atestam essa superioridade do referir sobre o apontar.

Quando referimos, não faz diferença se a referência está próxima ou distante. Com efeito, através do termo “Win Mertens” podemos apontar para Win Mertens em Bruxelas e com o termo “Cabul” podemos apontar para Cabul sem qualquer consequência explosiva. Também pouco importa se o objeto se situa no passado, no presente, ou no futuro. Assim, com o termo “Baudelaire” podemos apontar Baudelaire sem que precisemos apontar para seu túmulo, com o termo “Beatles” referimos os Fab Four, e não apenas os dois que ainda estão vivos, com o termo “Segunda Grande Guerra” podemos referir a maior guerra da história mesmo em tempos de paz, e com o termo “2046” podemos nos referir a um ano ainda por vir (e também a um filme de Wong Kar-Wai). Ademais, ao contrário do que acontece quando usamos o dedo para apontar, não é preciso que o objeto seja observável. Por exemplo, o Brasil, enquanto entidade administrativa, não é observável, e como tal não pode ser apontado. Em compensação, pode ser referido com o nome “Brasil”. Outros exemplos de coisas que só podem ser referidas, mas não apontadas (pelo menos não sem ambiguidade), são: o Ramadam, a AIDS, a crise imobiliária americana etc.

Isso tudo ganhamos quando usamos a relação de referir. Porém, nem tudo sobre essa relação é tão maravilhoso. Ela também tem seus problemas, e eles aparecem principalmente quando ela é utilizada como conceito chave para explicar o funcionamento geral dos nomes próprios. Isso, contudo, será tema de outros capítulos. No momento, resta investigar em que medida a distinção entre *denotar* e *referir* é observada na tradição analítica, e qual a sua importância e justificativa.

Russell usa “denotar” e “denotação” conforme o modo especificado pelas definições dadas no início da seção. Em *On Denoting* ele afirma o seguinte:

Assim, se “C” é uma expressão denotativa, pode ser que haja uma entidade x (não pode haver mais do que uma) para a qual a proposição “x é idêntica com C” é verdadeira, sendo esta proposição interpretada como acima [de acordo com a teoria das descrições definidas]. Nós podemos então dizer que a entidade x é a denotação da expressão “C” (RUSSELL, 1905: p. 488).

A palavra “*Bedeutung*” usada por Frege no seu famoso artigo *Über Sinn und Bedeutung*⁵ de 1892 foi traduzida para o inglês de várias formas, uma delas foi como “*reference*”. Não se deve concluir, porém, que “*Bedeutung*” deve ser entendida como “referência” ou “referir”. Na verdade, o uso que Frege faz da palavra é muito mais próximo do uso que foi definido no início do capítulo para a palavra “denotação”.

Semelhantemente, Kripke usa “*referent*” no sentido de denotação e diz isso na nota 3 de *Naming and Necessity* ao afirmar: “Eu falo do ‘referente’ de um nome significando a coisa nomeada pelo nome”. De todo modo, na mesma nota, ele indica que conhece a distinção entre denotar e referir, embora não faça uso dela. As razões para que ele aja assim serão mencionadas adiante.

Strawson é em grande parte responsável pela difusão de um uso mais preciso da palavra “referir”. Em *On Referring* (1950), um artigo que se opõe a Russell já a partir do título, ele chama a atenção para o fato de que quem refere um objeto não é uma expressão da linguagem, mas antes o falante que usa essa expressão para referir o objeto em dada situação. Segundo ele:

“Mencionar”, ou “referir”, não é algo que uma expressão faz, é algo que alguém pode fazer usando uma expressão. Mencionar ou referir algo é característica de um uso de uma expressão... (STRAWSON, 1950: 326).

Dessa forma, diferentemente da relação de denotar, a relação de referir se caracterizaria por ser ternária, envolvendo um falante, uma expressão e uma entidade. Quando se estabelece uma relação de referir, o uso que o falante faz da expressão é o que Strawson chama de “uso univocamente referencial”. Donnellan também reconhece a distinção entre referir e denotar (cf. Donnellan, 1966), e, de

⁵ *Sobre o Sentido e a Referência.*

fato, a sua distinção entre uso atributivo e uso referencial pode ser vista como a distinção entre uma expressão usada para denotar e uma expressão usada para referir. Putnam também adota essa acepção de “referir” em seus escritos mais recentes. No nº 20 da revista *Philosophical Topics*, na seção de respostas, ele defende a ideia de que referir é uma relação ternária que envolve um nome, uma coisa e um falante⁶. Nessa relação, o falante usa o nome para se referir à coisa.

De fato, o problema de dizer que uma expressão refere um objeto do mundo, querendo-se dizer com isso que a expressão denota o objeto, é que pode haver vários objetos com o mesmo nome. No enunciado, “José quer morrer no mar”, por exemplo, qual o objeto referido pelo nome “José”? A questão não tem sentido se o nome é considerado independentemente de quem o profere e tem uma determinada intenção de referência ao fazê-lo. O nome “José” sozinho não pode determinar a qual dos milhares ou milhões de Josés ele se aplica. Isso é determinado pelo falante que usa o nome em certo contexto e com uma intenção específica. Como vimos acima, situações em que o referir envolve uma descrição definida não são tão diferentes. Essas situações também são sujeitas a ambiguidades e a intenção do falante é requerida para determinar a referência da descrição. Isso acontece no caso de descrições definidas próprias, mas é muito mais evidente no caso de descrições definidas impróprias como “o cachorro”, “o presidente”, “o último colocado” etc. Por aqui se vê que a distinção entre “denotar” e “referir” pode ser muito útil para aclarar algumas questões.

Essa distinção está relacionada também com o tipo de linguagem que usamos. Aparentemente, a relação de referir é a relação que prevalece no nosso uso da linguagem natural. Quando nos comunicamos, podemos usar a mesma palavra para nos referir a coisas diferentes em diferentes ocasiões. Já a relação de denotar tem um emprego muito mais evidente nas linguagens formais. Na lógica, por exemplo, a correspondência entre um termo e uma entidade é especificada por uma função de interpretação e não depende das circunstâncias em que o termo é usado.

Nesse ponto, não é absurdo postular que muitos filósofos negligenciaram a distinção entre denotar e referir, assumindo apenas a noção de denotar (ainda que alguns a tenham chamado de “referir”), exatamente porque a

⁶ Sobre essa posição de Putnam, minha fonte é Chomsky (cf. CHOMSKY, 2000: 149).

semântica que eles imaginaram para a linguagem natural se inspirava na semântica de sistemas formais, ou porque eles estavam realmente desenvolvendo semânticas para linguagens artificiais, embora pudessem estender alguns dos seus métodos para explicar fenômenos muito específicos da linguagem natural. Com efeito, Frege claramente trata a relação de denotar como uma função matemática, além de tratar conceitos como conjuntos e objetos como elementos simples. Carnap faz algo semelhante uma vez que interpreta denotações como extensões, ou seja, como valores de uma função (classes, indivíduos e valores de verdade). Da mesma forma, para Russell, as funções proposicionais são funções que mapeiam o conjunto dos objetos no conjunto dos valores de verdade. Kripke, por sua vez, faz uma confissão no prefácio de *Naming and Necessity*, e assume que as ideias que ele expõe naquelas três conferências “brotaram do trabalho formal anterior na teoria dos modelos da lógica modal” (KRIPKE, 1980: 3).

Em todos os casos, parece que a decisão de edificar uma semântica formal para a linguagem natural (ou partições dela) baseada na relação de denotar é parte dessa estratégia mais abrangente de transportar para a análise da linguagem natural instrumentos e procedimentos próprios dos sistemas formais. Com essa decisão, verdade seja dita, os filósofos acima mencionados conseguiram uma continuidade entre o trabalho que eles empreendiam no campo da lógica e seu trabalho no campo da filosofia da linguagem. O problema é que essa continuidade era adquirida ao preço de deixar de fora do estudo da linguagem tópicos de imensa importância. O modo como os falantes processam a linguagem internamente é um deles. Em questões de referência, significado e verdade pode-se argumentar que uma explicação desse processamento é muito mais importante do que esses filósofos estavam e ainda estão dispostos a aceitar.

Nos capítulos seguintes vai ficar patente o contraste entre a acepção de “referência” apresentada aqui e a acepção da maioria dos filósofos que toma parte na querela descritivismo *versus* causalismo⁷. Kripke, por exemplo, que usa “referência” no sentido de “denotação”, defende que um nome próprio tem uma referência determinada com base em fatores externos, portanto independentemente das condições internas dos falantes.

⁷ Por conveniência, chamo de “causalismo” posições como as de Kripke e Putnam, posições que às vezes são colocadas sob o título de “teorias da referência direta”.

Nesse ponto, é interessante mencionar o que Kripke declara na nota 3 de *Naming and Necessity*. Ali, ele alude à distinção feita por Donnellan entre uso atributivo e uso referencial de uma descrição definida. Ele observa que a distinção de Donnellan parece aplicável a nomes próprios. Seria feito um uso atributivo do nome *n* quando o falante referisse com *n* a denotação de *n*, e seria feito um uso referencial de *n* quando o falante referisse com *n* um objeto que sua audiência crê ser a denotação de *n*. Um exemplo de uso referencial de um nome seria este: dois homens veem Smith à distância e pensam que se trata de Jones; um deles pergunta: “o que Jones está fazendo?”, e o outro responde: “juntando as folhas”. Nesse caso, eles estariam referindo Smith, mesmo usando o nome “Jones”.

Ainda que reconheça a distinção e afirme que poderia ser menos enganoso usar o termo “denotar” nos lugares em que usa o termo “referir”, Kripke não adota a distinção de Donnellan e se justifica dizendo o seguinte:

Eu estou provisoriamente inclinado a acreditar, em oposição a Donnellan, que essas observações sobre referência têm pouco a contribuir para semântica ou condições de verdade, embora elas possam ser relevantes para uma teoria dos atos de fala. Limitações de espaço não me permitem explicar o que eu quero dizer com isso, muito menos defender a opinião, exceto por uma breve observação: Chame “referente semântico” o referente de um nome ou descrição em meu sentido; para um nome, ele é a coisa nomeada, para uma descrição, a coisa que satisfaz a descrição univocamente (KRIPKE, 1980, nota 3).

Por aí fica claro que o que Kripke chama de “referente semântico” é o que eu chamo de “denotação”. O que eu chamo de “referência” é o que Kripke chama de “referência do falante” em seu artigo *Speaker’s Reference and Semantic Reference* (cf. OSTERTAG, 1998).

Ao finalizar esta seção, quero apenas chamar a atenção para o fato de que, na maioria das vezes em que nomes próprios foram tema de estudo filosófico, eles foram estudados em razão de sua função denotativa ou referencial. Embora isso quase nunca seja declarado explicitamente, parece que há a pressuposição de que essa é sua principal função. *Per contra*, a tese que vou expor na parte 3 deste trabalho é a de que a função básica dos nomes próprios é a função operacional. Nomes próprios funcionam antes de tudo como códigos que fornecem informação para nossos sistemas de decodificação de linguagem. A função referencial dos nomes próprios é na verdade tributária da função operacional.

1.2. Sentido, significado e outras noções afins

Da mesma forma como na seção anterior, a ideia aqui é caracterizar e distinguir algumas noções que são importantes para a discussão sobre nomes próprios. As noções tratadas nesta seção são as de *conotação*, *representação*, *sentido*, *intensão* e *significado*. Elas são importantes porque são usadas para explicar a expressividade da linguagem. Pode-se dizer que uma expressão da linguagem, em geral, possui um conteúdo descritivo, e é isso que ela expressa. Mas há várias formas de caracterizar o conteúdo descritivo de uma expressão. Dependendo de como essa caracterização seja feita, diremos que o conteúdo descritivo é tratado como uma conotação, ou como uma representação, ou como um sentido, ou como uma intensão, ou como um significado, ou como algo do tipo.

Essas noções são importantes para o estudo dos nomes próprios também porque sempre houve uma acalorada querela em torno da questão se nomes próprios têm conteúdo descritivo. Às vezes, os que respondem afirmativamente a essa questão querem dizer especificamente que nomes próprios têm sentido, outros querem dizer que eles têm significado, e outros mencionam outra das noções supracitadas. É por isso que essas noções devem ser esclarecidas, para termos clareza a respeito da opinião que cada filósofo tem sobre o conteúdo descritivo de nomes próprios.

Doravante, vou tentar esclarecer as diferenças entre essas noções, mostrando ao mesmo tempo em que contexto elas foram propostas. Em seguida, vou fazer algumas considerações sobre o externalismo semântico de Putnam, terminando por lhe fazer uma série de críticas, algumas delas canceladas por Katz e Moravicsik.

“Conotação”⁸ é um termo usado por John Stuart Mill em seu *Sistema de Lógica*. A conotação de um nome n ⁹ é o atributo que um indivíduo tem que ter para ser denotado por n . Por exemplo, o nome “o rei do Ragtime” conota o atributo de ser o rei do Ragtime e denota os indivíduos que têm esse atributo, nesse caso, um único indivíduo, Scott Joplin. O nome “púrpura”, por sua vez,

⁸ Chateaubriand também apresenta uma noção de *conotação* no capítulo 13 de *Logical Forms*. Trata-se, porém, de uma noção diferente da de Mill. Para mais detalhes, conferir CHATEAUBRIAND, 2005: 25.

⁹ Mill chama de “nome” tanto o termo sujeito como o termo predicado de uma proposição.

conota o atributo de ser púrpura e denota todas as coisas púrpuras. Por outro lado, o nome “Murnau” não tem conotação e, por conta disso, a denotação do nome é arbitrária. De fato, para Mill, todos os nomes próprios carecem de conotação e sua relação com uma denotação é uma relação arbitrária. Essa sua posição a respeito dos nomes próprios se tornou célebre e ficou conhecida como “millianismo”.

Representação e *sentido* são noções que Frege faz questão de distinguir. A representação é o elemento subjetivo que se associa a um sinal. Ela pode ser uma imagem mental, pode ter uma carga sentimental e é gerada a partir de memórias e atividades individuais. Segundo Frege: “um pintor, um cavaleiro, e um zoólogo provavelmente conectarão diferentes representações com o nome “Bucéfalo”” (FREGE, 1948: 212). Dessa forma, uma representação é sempre individual e de forma alguma pode ser partilhada por dois indivíduos. De fato, o mesmo homem, em diferentes tempos, pode associar diferentes representações com a mesma palavra.

A noção de *sentido* contrasta em quase tudo com a noção de *representação*. Na terminologia fregiana, o termo “sentido” designa uma entidade objetiva partilhável por todos os homens. Segundo ele, “esta constitui uma distinção essencial entre a representação e o sentido de um sinal, que pode ser a propriedade comum de muitos e portanto não é uma parte ou um modo da mente individual” (Idem, *ibidem*). Dessa forma, sentidos são apresentados como entidades objetivas. Essas entidades se ligam, por um lado, com uma expressão da linguagem e, por outro, com uma entidade extralinguística – um objeto ou conceito. Dessa forma, o sentido de uma expressão S tem a função de determinar a denotação de S. Algumas expressões correferenciais podem ter sentidos diferentes; cada um desses sentidos é uma forma diferente de apresentar a mesma denotação. Por exemplo, as expressões “estrela da manhã” e “estrela da tarde” denotam ambas o planeta Vênus, mas cada uma o apresenta de um modo diferente, dessa forma, pode-se dizer que elas expressam sentidos diferentes. A primeira apresenta o planeta como um astro visível pela manhã sob a aparência de uma estrela e a segunda o apresenta como um astro visível à tarde sob a aparência de uma estrela. A relação entre o sentido e a denotação de uma expressão é, portanto, a relação entre um modo de apresentar a coisa e a coisa.

Mas o que dizer sobre a relação entre a expressão e o seu sentido? Como um sentido se liga a uma expressão? No caso de expressões complexas, o

sentido da expressão é constituído a partir dos sentidos de suas partes. Por exemplo, na expressão “estrela da manhã”, a palavra “estrela” tem um sentido e a palavra “manhã” tem outro. Esses dois sentidos contribuem para constituir o sentido da expressão “estrela da manhã”. Infelizmente, essa explicação a respeito da composicionalidade do sentido de expressões complexas não esclarece como expressões semanticamente simples adquirem um sentido. Em particular, ela não esclarece como nomes próprios¹⁰ adquirem um sentido. Frege procura esclarecer esse ponto de outra forma. Vejamos como.

A tese de que nomes próprios possuem sentido pode ser considerada uma tese fregiana. Com efeito, Frege afirma que toda expressão gramatical bem formada sempre tem um sentido (cf. FREGE, 1948: 211). Deve-se concluir, portanto, que nomes próprios não são uma exceção a essa regra, eles também têm sentido. Mas como isso é possível? De que modo o sentido é associado ao nome? A única pista que Frege nos dá para resolver essa questão encontra-se em uma nota de *Sense and Reference*. Trata-se da famosa nota 2, na qual Frege fala sobre os possíveis sentidos do nome “Aristóteles”¹¹. Um sentido do nome “Aristóteles” nada mais é do que um modo de apresentar o indivíduo Aristóteles. Existem vários desses modos, cabe a cada falante escolher um deles e o tomar como sendo o sentido expresso pelo nome. É dessa forma que um nome próprio acaba por ser associado a um sentido. As associações são feitas pelos falantes e, na verdade, podem ser feitas várias associações diferentes. Essa pluralidade de sentidos que podem ser associados ao nome não constitui um problema para Frege. Conforme o que ele diz na própria nota 2, se a denotação do nome é Aristóteles, essas flutuações do sentido podem ser toleradas. É importante salientar que embora haja nesse caso uma escolha subjetiva do sentido por parte do falante, o sentido mesmo é uma entidade objetiva por definição. Frege deixa isso claro na seguinte passagem:

¹⁰ Trata-se aqui da acepção comum de “nome próprio”. É preciso distinguir essa acepção da acepção de Frege, que chamava de “nome próprio” qualquer expressão denotativa, inclusive sentenças.

¹¹ É em razão dessa nota que grande parte dos estudiosos de Frege o consideram um descritivista. Essa opinião não é partilhada por Chateaubriand. Na nota 4 do capítulo 11 de *Logical Forms*, ele apresenta as razões da sua divergência. Comento a opinião de Chateaubriand no capítulo seguinte (cf. p. 55, nota 4).

Talvez possa ser dito: exatamente como um homem conecta esta representação e um outro conecta aquela representação com a mesma palavra, assim também, um homem pode associar este sentido e um outro, aquele sentido. Mas ainda permanece uma diferença no modo de conexão. Eles não estão proibidos de apreender o mesmo sentido; mas eles não podem ter a mesma representação (Idem, *ibidem*).

Para Frege, além de expressões subsentenciais, a própria sentença possui um sentido. O sentido de uma sentença é o que Frege chama de “pensamento”. Mais uma vez, esse pensamento não tem nada de subjetivo. Frege explica isso quando diz: “Por um pensamento eu compreendo não o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que é capaz de ser a propriedade comum de vários pensadores” (FREGE, 1948: 214). Enquanto sentido, o pensamento deve ligar a sentença a um objeto. Para Frege, esse objeto é o valor de verdade da sentença. Um pensamento deve então apresentar um de dois objetos, o verdadeiro ou o falso. Os pensamentos expressos pelas sentenças verdadeiras apresentam o valor verdadeiro, os pensamentos expressos pelas sentenças falsas, apresentam o valor falso. Deve-se observar que com o sentido das sentenças ocorre o mesmo que com os sentidos das expressões subsentenciais, isto é, o sentido expresso pela sentença serve para selecionar a denotação da mesma. Dessa forma, quando digo “a estrela da manhã”, esse termo expressa um sentido e esse sentido seleciona um objeto: o planeta Vênus; quando digo “existe vida em Vênus” essa sentença expressa um sentido (pensamento) e esse sentido seleciona um objeto: um valor de verdade. Note-se que o sentido identifica o objeto consentâneo mesmo quando o falante não pode fazer essa identificação. Por exemplo, o sentido de “a estrela da manhã” identifica o planeta Vênus e faz isso mesmo que o falante não saiba que Vênus é a estrela da manhã. Da mesma forma, o sentido de “existe vida em Vênus” identifica um valor de verdade determinado, embora ainda não possamos declarar qual. Quando lidamos com uma sentença que tem sentido mas não é nem verdadeira nem falsa, o que é o caso das sentenças sobre ficções, o que ocorre é que o sentido dessa sentença é vazio, ou seja, ele não determina nenhuma denotação, nenhum valor de verdade.

Deve-se também notar que, apesar do sentido de uma expressão não ser uma entidade mental, a compreensão do sentido é algo mental. Frege admite que compreender o sentido de uma expressão é estar em um estado psicológico. Dessa forma, pode-se dizer que o sentido de uma expressão tem um valor

cognitivo, ou seja, ele tem um conteúdo que pode e deve ser conhecido para que a expressão possa ser usada adequadamente. De fato, em *Sense and Reference*, quando Frege analisa a questão das sentenças de identidade, ele afirma que $a=a$ e $a=b$ se diferenciam por terem diferentes valores cognitivos. A primeira é conhecida a priori e a segunda é conhecida a posteriori. De fato, é com base nessa análise que ele conclui que a deve se distinguir de b não só por serem tipograficamente diferentes, mas por possuírem sentidos diferentes. Cada sentido implicaria em um valor cognitivo diferente.

A noção carnapiana de *intensão* é muito semelhante à noção fregiana de *sentido*. Carnap confessa isso quando diz:

A concepção de sentido de Frege é muito similar a esta de intensão; nós podemos mesmo dizer que, quando nós consideramos simplesmente esses dois conceitos, é difícil ver qualquer razão de que deveria haver uma diferença entre eles (CARNAP, 1988: 129).

De fato, essas noções só se diferenciam porque, para Frege, o sentido de uma expressão pode se alterar em alguns contextos¹², já para Carnap, a intensão de uma expressão independe do contexto. No mais, pode-se dizer que “sentido” e “intensão” referem a mesma noção. De fato, uma das principais teses carnapianas é a de que a intensão de uma expressão S determina uma e apenas uma extensão, e essa extensão é aquilo que S designa. Se S é um predicador, vale dizer, se S é uma expressão predicativa, a intensão de S é uma propriedade e a extensão de S é a classe determinada por essa propriedade. Se S é uma expressão individual (um nome próprio ou uma descrição definida), a intensão de S é um conceito individual e a extensão de S é o indivíduo que satisfaz a descrição desse conceito. Se S é uma sentença, a intensão de S é uma proposição e a extensão de S é o valor de verdade de S . Por aí se percebe que não só o conceito carnapiano de intensão é similar ao conceito fregiano de sentido, mas, igualmente, o que Carnap chama de “extensão”, equivale em grande medida ao que Frege chama de “referência” (“*Bedeutung*”). Também é bom chamar a atenção para o fato de que Carnap reserva o termo “conceito” para se referir às intensões de predicadores e expressões individuais. As intensões de sentenças são as proposições.

¹² Frege distingue entre o sentido usual e o sentido indireto ou oblíquo de uma expressão S . S apresenta sentido indireto ou oblíquo quando é uma sentença subordinada ou aparece entre aspas, e apresenta sentido usual nos demais casos (cf. FREGE, 1948: 211-2; 218 e seguintes).

Na minha opinião, é ao explicar a natureza das proposições que Carnap mais se diferencia de Frege. Segundo ele, proposições são entidades de um certo tipo lógico. Elas são expressas por sentenças declarativas e exemplificadas por fatos quando são verdadeiras. Quando são falsas, elas simplesmente não são exemplificadas. A título de exemplo, ele afirma o seguinte:

Pela propriedade Preto nós significamos algo que uma coisa pode ter ou não e que esta mesa realmente tem. Analogamente, pela proposição que esta mesa é preta nós significamos algo que realmente é o caso com esta mesa, algo que é exemplificado pelo fato da mesa ser como ela é (CARNAP, 1988: 27).

Com essa explicação, Carnap introduz a noção de fato, o que Frege não faz. Com isso, Carnap consegue resolver o problema das proposições expressas por sentenças falsas, mas cria outro problema – o problema de explicar o que são fatos. São tipos de intensões ou extensões? Depois de alguma discussão, Carnap conclui que fatos são tipos de proposições, ou seja, eles são intensões. Essa conclusão, porém, é problemática, pois não fica claro como fatos podem ao mesmo tempo ser proposições e exemplificar proposições¹³.

As noções discutidas acima são frequentemente associadas ao termo “significado”. Mas, atualmente, a grande maioria dos filósofos reserva esse termo para fazer referência às regras sociais de uso de uma palavra. Para esses filósofos, significado é o mesmo que significado social; compreender o significado de uma palavra é o mesmo que usar essa palavra de acordo com as convenções linguísticas estabelecidas por uma comunidade de falantes. Essa parece ser a acepção que Wittgenstein adota nas *Investigações Filosóficas*, que Kripke adota em *Naming and Necessity* e que Putnam adota nos artigos que examinarei logo mais. O professor Chateaubriand também usa o termo “significado” com essa acepção (cf. CHATEAUBRIAND, 2005, p. 23)¹⁴.

Se considerarmos que o uso social estabelecido de uma palavra pode ser registrado em um dicionário, podemos dizer também que significado é o que

¹³ Para mais detalhes a respeito dessa discussão, conferir CARNAP, 1988: 28-9.

¹⁴ Chateaubriand acredita que poderíamos identificar “o significado de uma expressão como uma certa espécie de propriedade determinada pela maneira que a comunidade de falantes (ou partes dela) usa essa expressão” (CHATEAUBRIAND, 2005: 28-9).

um dicionário dá. Essa definição de “significado” ressalta o caráter público e objetivo do significado.

A acepção de “significado” como regra de uso assume um lugar de destaque na análise semântica da linguagem natural. A noção de *sentido*, por outro lado, tem o claro verniz de um conceito matemático criado para auxiliar na análise semântica de linguagens artificiais. Com efeito, era nisso que Frege e Carnap estavam interessados. O fato de essas linguagens incorporarem muitas vezes partes de linguagens naturais não significa que as semânticas de Frege e Carnap sejam aplicáveis à linguagem natural. Nenhum deles pretendia que fossem. Em relação à linguagem natural, só o que interessava a esses lógicos eram as sentenças declarativas e o uso literal que se podia fazer dessas sentenças. Por outro lado, as *Investigações* já começam mostrando que a linguagem tem vários usos, que ela é como uma caixa de ferramentas (cf. WITTGENSTEIN, 1996: §11) e que aprender uma linguagem é como aprender as regras de um jogo. Dessa forma, há uma preocupação em analisar não só o uso declarativo da linguagem, mas também outros usos, como a expressão de desejos, de exclamações, de ordens, de insinuações, enfim, todo uso para o qual a linguagem se presta. A noção de *significado* das *Investigações* parece mais adequada para a análise semântica da linguagem natural porque ela já nasce dessa preocupação.

Com esses esclarecimentos, encerro a caracterização das noções que propus examinar no início desta seção. É importante notar que todas elas, com a exceção da noção de *representação*, correspondem a coisas objetivas. Quem diz que uma expressão S tem um sentido, está dizendo que S está relacionada a uma entidade objetiva. Quem diz que S tem um significado, também pretende que esse significado seja uma coisa objetiva. E assim por diante. Para os filósofos que usaram e usam essas noções, essa objetividade só pode ser conseguida por semânticas externalistas, ou seja, por semânticas que explicam a expressividade da linguagem sem a utilização de termos mentalistas, tais como “ideia” ou “estado mental”. A rejeição do mentalismo ou do psicologismo na semântica já fazia parte do programa dos primeiros filósofos analíticos. O modo como Frege distingue as noções de *sentido* e *representação* e escolhe a primeira para apoiar sua semântica é o exemplo mais expressivo desse antipsicologismo dos primeiros tempos. Entretanto, deve-se convir que o antimentalismo chega ao ápice com o advento do externalismo semântico de Putnam, cujas bases são expostas em *Meaning and*

Reference e The Meaning of 'Meaning'. É essa sua posição que vou expor e comentar no restante desta seção.

No primeiro desses artigos, entre outras coisas, Putnam se propõe a analisar duas hipóteses que supostamente sustentam o que ele chama de *teoria tradicional de significado*¹⁵, teoria cuja autoria é atribuída por ele a Frege e Carnap. As hipóteses são estas:

- (I) Saber o significado de um termo (compreender um termo) é estar em um estado psicológico
- (II) A intensão de um termo determina sua extensão (à cada intensão corresponde uma e exatamente uma extensão)

Putnam declara então que pretende mostrar que “essas duas hipóteses não são conjuntamente satisfeitas por nenhuma noção, por sequer uma única noção de significado. O conceito tradicional de significado é um conceito que assenta sobre uma teoria falsa” (PUTNAM, 1973: 700). Para mostrar isso, ele vai se apoiar no famoso exemplo da Terra Gêmea.

Putnam nos convida a imaginar um planeta idêntico à Terra em quase tudo. A única diferença é que, na Terra Gêmea, água não é H₂O, ou seja, a substância que enche os rios, os lagos, os oceanos etc, tem uma fórmula química diferente de H₂O, embora tenha todas as características fenomenológicas de H₂O. Putnam abrevia essa fórmula como XYZ. A palavra “água”, porém, é usada nos dois planetas. Na Terra ela designa H₂O, na Terra Gêmea ela designa XYZ. Um químico da Terra que visite a Terra Gêmea pode chegar à conclusão que naquele planeta “água” não tem o mesmo significado que na Terra, e o mesmo aconteceria com um químico da Terra Gêmea visitando a Terra. Acontece que em 1750 essa diferença de significado não poderia ser descoberta. Putnam imagina então dois personagens vivendo naquela época, cada um em seu planeta. Oscar₁ mora na Terra e Oscar₂ é a contraparte de Oscar₁ na Terra Gêmea. Eles são idênticos em tudo, tanto física como psicologicamente. Putnam acentua que não “há nenhuma

¹⁵ É preciso esclarecer que, com o termo “significado”, Putnam pretende se referir ao que Frege chama de “sentido” e Carnap chama de “intensão”.

crença que Oscar₁ tenha sobre água que Oscar₂ não tenha sobre “água”¹⁶ ” (PUTNAM, 1973: 702). Ele aponta, no entanto, que, já na época em que esses personagens estão situados, o termo “água” tinha uma extensão na Terra e uma extensão diferente na Terra Gêmea. Com base nisso, Putnam conclui:

Oscar₁ e Oscar₂ compreendiam o termo ‘água’ diferentemente em 1750 *embora eles estivessem no mesmo estado psicológico*, e embora, dado o estado da ciência no seu tempo, fosse levar ainda cinquenta anos para suas comunidades científicas descobrirem que eles compreendiam o termo ‘água’ diferentemente. Assim, a extensão do termo ‘água’ (e, de fato, seu “significado” no uso intuitivo pré-analítico desse termo) não é uma função do estado psicológico do falante por si mesmo (Idem, Ibidem).

Essa conclusão, a meu ver, estabelece duas coisas: (a) se significados são estados mentais, então o mesmo significado pode determinar duas diferentes extensões; (b) se não é possível que o mesmo significado determine duas diferentes extensões, então significados não são estados mentais. De fato, se, por um lado, supomos que Oscar₁ e Oscar₂ têm em mente o mesmo significado para a palavra ‘água’, então temos que aceitar que esse mesmo significado determina duas diferentes extensões para a palavra, viz., a água terrestre e a água da Terra Gêmea. Por outro lado, se supomos que não é possível que um mesmo significado determine duas diferentes extensões, então temos que negar que Oscar₁ e Oscar₂ têm em mente o mesmo significado para a palavra ‘água’.

Estabelecer isso, porém, não é o mesmo que estabelecer que a hipótese (I) é inconsistente com a hipótese (II). A hipótese (I) não diz que significados são estados ou entidades mentais, ela fala apenas sobre a *compreensão* de um termo, ela diz que compreender o significado de um termo é estar em um estado psicológico, o que está de acordo com a teoria tradicional. Para que ficasse estabelecida a inconsistência de (I) e (II), seria preciso assumir uma outra hipótese, uma hipótese como esta:

(III) O significado de uma palavra e a compreensão de uma palavra são a mesma coisa

¹⁶ Aqui *água* entre aspas indica a água da Terra Gêmea, enquanto que *água* sem aspas indica a água terrestre.

Com base em (I) e (III), demonstra-se que significados são estados psicológicos. Mas, com isso, o exemplo da Terra Gêmea passa a mostrar uma incompatibilidade: ou Oscar₁ e Oscar₂ têm a mesma compreensão de ‘água’ e (II) é falsa, ou eles têm uma compreensão diferente e daí (II) é verdadeira. Putnam se decide por esta segunda alternativa. Isso só é possível, porém, porque ele expressa uma concepção diferente do que seja compreender uma palavra. Ele diz que, em 1750, Oscar₁ e Oscar₂ compreendem o termo ‘água’ diferentemente, embora estejam no mesmo estado psicológico. Com isso, ele deixa claro o que, de acordo com sua concepção, a compreensão de uma palavra não é: ela não é um ato subjetivo. Mas então o que é compreender uma palavra? Isso Putnam não deixa claro. O que ele faz é dar algumas indicações. Por exemplo, na passagem citada acima, ele diz que a ciência pode descobrir que os Oscars compreendem a palavra ‘água’ de formas diferentes. Mas o que a ciência pode descobrir é que a água terrestre é diferente da água da Terra Gêmea. Parece que, para Putnam, fazer isso equivale a mostrar que os Oscars têm compreensões diferentes da palavra ‘água’. Parece que, de alguma forma, a compreensão da palavra está vinculada ao seu uso referencial, parece que depende daquilo que o falante refere com ela.

Levando adiante essa interpretação, e considerando as teses de Putnam sobre a determinação do significado, podemos propor a seguinte definição: um falante A compreende o nome n se e somente se A usa n para referir aquilo que foi estabelecido socialmente como a referência de n. Se a referência estabelecida para n é uma substância química, então n referirá todas as amostras que possuem a mesma estrutura química dessa substância, mas não referirá nenhuma amostra que não possua essa estrutura. No exemplo da Terra Gêmea, Oscar₁ usa “água” para referir amostras da substância cuja fórmula química é H₂O (mesmo sem ter conhecimento dessa fórmula) e Oscar₂ usa “água” para referir amostras da substância cuja fórmula química é XYZ (mesmo sem ter conhecimento dessa fórmula). Como os usos são diferentes, as compreensões, no que parece ser o sentido de *compreensão* de Putnam, também são diferentes.

É bom notar que a definição proposta acima é apenas uma tentativa de explicitar algo que Putnam não explicitou. Ela parece estar de acordo com as principais teses do externalismo, mas ainda é vulnerável a objeções. De fato, pode-se argumentar que se Oscar₂ viesse à Terra, ele chamaria de “água” tudo o que nós chamamos. O problema é que aquilo que foi estabelecido socialmente na

Terra Gêmea como a referência da palavra “água” é diferente daquilo que Oscar₂ chama de “água” quando vem à Terra. Ora, se Oscar₂ não usa a palavra de acordo com a regra estabelecida em seu planeta, é justo dizer que ele não compreende a palavra. O pior é que o mesmo argumento funciona com cada habitante da Terra Gêmea que é contemporâneo de Oscar₂. E funciona também com cada habitante da Terra que vive na mesma época. A conclusão final seria então que nenhum desses indivíduos compreende a palavra “água”, o que é uma conclusão inteiramente desastrosa.

Alguém poderia tentar corrigir a definição dizendo que compreender não é usar a palavra de acordo com a regra, é antes ter a intenção de usá-la assim. Isso até me parece mais razoável, mas nesse caso, teremos retornado ao sentido psicológico de “compreender”. Ao final, tenho que admitir que não sei como esclarecer satisfatoriamente o uso que Putnam faz desse termo. E isso é consequência da falta de preocupação do próprio Putnam em fazer seu uso claro. Essa situação denuncia mais uma deficiência no argumento antipsicologista de Putnam.

Para que os problemas do argumento de Putnam fiquem mais salientes, vou tentar explicar melhor sua estrutura, revendo alguns pontos do que foi dito anteriormente.

Ponto 1 (objetivo do argumento): Putnam diz que quer demonstrar a seguinte tese T: nenhuma noção de significado satisfaz conjuntamente (I) e (II).

Ponto 2 (primeiro passo da execução): visando alcançar seu objetivo, Putnam apresenta o exemplo da Terra Gêmea. Com base nesse exemplo, porém, ele só consegue chegar à seguinte conclusão C: significados estão nas cabeças dos falantes se e somente se a hipótese (II) é falsa.

Ponto 3 (segundo passo da execução): para demonstrar T, Putnam precisa assumir tacitamente a hipótese (III) e combiná-la com C.

Ponto 4: (primeiro problema): Nem Frege nem Carnap admitiriam (III), o que já torna o argumento de Putnam sem efeito contra a teoria tradicional.

Ponto 5 (correção da tese T): poder-se-ia dizer que o objetivo de Putnam não é exatamente defender T, mas antes a seguinte tese T': nenhuma noção de significado satisfaz conjuntamente (I) e (II), se assumimos (III).

Ponto 6 (segundo problema): para que T' pudesse ser pelo menos aceitável, alguma razão precisaria ser dada para assumirmos (III), mas isso não é

feito. Na verdade, a hipótese (III) não é nem mesmo formulada explicitamente. Mesmo que ela fosse formulada, funcionaria como uma definição nominal. E Putnam não poderia oferecer nenhuma justificativa para ela a não ser a de que ele quer identificar “significado” e “compreensão”. Eu poderia dizer que não quero fazer essa identificação e a minha rejeição de (III) estaria tão justificada quanto a aceitação de Putnam.

Ponto 7 (terceiro problema): de qualquer forma, T' é falsa. Para evidenciar isso basta apontar uma noção de significado mentalista tal que, dada uma palavra x, o significado de x determina univocamente a extensão de x. Mas isso é fácil de apontar, a própria hipótese (III) mostra como fazer isso. Com efeito, um aspecto curioso dessa hipótese é que ela pode ser adotada tanto por um externalista quanto por um mentalista. O externalista vai interpretar a hipótese como uma afirmação de que significado e compreensão são idênticos e ambos são coisas não-mentais. *Per contra*, um mentalista pode interpretar a mesma hipótese como a afirmação de que significado e compreensão são idênticos e ambos são estados ou entidades mentais. Se um mentalista fizer assim, ele terá a sua disposição uma noção de significado que satisfará ao mesmo tempo (I) e (II). Para mostrar isso, o mentalista poderia argumentar da seguinte forma – “compreender uma palavra x é estar em um estado psicológico (em conformidade com I), especificamente é ter um critério internalizado para usar x. Podemos então assumir que esse critério é o que determina a extensão de x (em conformidade com II), nada nos impede de assumirmos isso. Assim, temos uma noção de significado que satisfaz ao mesmo tempo (I) e (II).” Se quisesse, o mentalista ainda poderia dar exemplos. Imagino que ele poderia propor o seguinte – “Suponha que, de acordo com um critério internalizado de Oscar₁, ele chama de “água” tudo que tem as propriedades fenomenológicas da água. Como ele é psicologicamente idêntico a Oscar₂, este também vai ter o mesmo critério internalizado para “água”. Acontece que, como supomos, esse critério não determina apenas o uso que ambos fazem da palavra “água”, mas determina de fato a extensão da palavra, ou seja, água será tudo o que tem as propriedades fenomenológicas da água. Dessa forma, tanto a água terrestre quanto a água da terra gêmea fazem parte da extensão da palavra “água”. Dado esse critério e o que ele determina, podemos dizer que Oscar₁ e Oscar₂ associam o mesmo significado mental à palavra “água” e esse significado determina a mesma extensão para os

dois. Com isso, fica demonstrado que há uma noção de *significado* que satisfaz ao mesmo tempo I e II, em outras palavras, T' é falsa.” Pode-se argumentar que o critério utilizado aqui para determinação da extensão está errado, que o critério tem que ser o critério científico. Mesmo que essa crítica fosse pertinente, ela não seria um argumento em prol da verdade de T'. T' diz que não há uma noção de significado que satisfaça (I) e (II) na presunção de (III), o que se mostra aqui é que há. Essa noção pode não estar de acordo com a ideia de Putnam de como deve ser uma noção de significado, todavia ela existe em hipótese, e isso basta para tornar T' falsa.

Com tudo isso, fica claro que há alguns problemas que o argumento de Putnam não resolve. Na minha opinião, a maior falha do argumento é que ele é absolutamente inócuo para a teoria tradicional. O argumento baseado no exemplo da Terra Gêmea se pretende um argumento antipsicologista, e a teoria tradicional de Frege-Carnap não pode ser acusada de psicologismo. De fato, Putnam começa seu artigo falando do antipsicologismo de Frege e como isso o fez identificar sentidos¹⁷ com entidades abstratas não mentais. A queixa de Putnam é de que esse movimento de Frege não teria sido suficiente para livrar a análise semântica de elementos psicológicos. Putnam reclama que “apreender estas entidades abstratas era ainda um ato psicológico individual”. Ele aponta ainda que “nenhum desses filósofos duvidava que compreender uma palavra (saber sua intensão) era apenas uma questão de estar em um certo estado psicológico” (PUTNAM, 1973: 700). Nisso ele tem toda razão. Em todo caso, não está claro em que sentido isso é um problema. Para Frege o que determina a referência é o sentido, não a compreensão do sentido. Nós não precisamos nem mesmo conhecer o sentido de uma palavra para que o sentido faça o seu trabalho de determinar uma referência. A relação entre sentido e referência se dá fora da cabeça do falante, é uma relação objetiva.

Não sei se em algum momento Putnam percebe a imunidade da teoria tradicional ao seu argumento, mas a verdade é que o rumo da argumentação muda em certa altura. Nesse ponto, Putnam começa a defender uma outra tese T'':

¹⁷ Na verdade, Putnam diz que Frege identificou conceitos (sic) com entidades abstratas não mentais (cf. PUTNAM, 1973: 700). Parece que ele usa a terminologia carnapiana para falar daquilo que Frege chamava de “sentido”. Essa permutação terminológica não seria problemática se Frege não tivesse uma acepção própria para a palavra “conceito”. Assim, achei por bem escrever no texto “sentido” em vez de “conceito”.

significados não estão na cabeça dos falantes. Isso parece indicar que implicitamente Putnam assume a verdade da hipótese (II), pois, dada a tese T', a verdade de (II) implica T''. Jerrold Katz observa algo semelhante em seu artigo *Analyticity, Necessity and Epistemology of Semantics*. Eis o que ele diz:

Primeiro, ele [Putnam] usa o exemplo [da Terra Gêmea] para mostrar que (C1) e (C2)¹⁸ não podem ser ambas verdadeiras. Então, sem dizer nada para estabelecer independentemente que (C2) é verdadeira, Putnam conclui que (C1) é falsa. Sem a premissa fregiana (C2) como uma presunção do argumento, o famoso argumento da Terra Gêmea seria uma infame falácia da Terra Gêmea (KATZ, 1997: 6-7).

Esse desvio no propósito do argumento, contudo, não o torna mais exitoso. Como se vê, a verdade de T'' depende da verdade de T' e (II), e a verdade dessas duas últimas asserções não está garantida. Pode-se, porém, alegar que Putnam tem outros argumentos além de seu argumento principal da Terra Gêmea e que esses argumentos podem estabelecer a verdade de T''. Isso, entretanto, também é duvidoso. Examinemos, a propósito, a situação em que Oscar₁ e Oscar₂ fazem uma auto-referência usando a palavra “eu”. Segundo Putnam, como eles são física e psicologicamente idênticos, o conjunto de crenças que eles associam à palavra também é o mesmo. O problema é que eles não são espacialmente idênticos, não são a mesma extensão. Assim, ao usar a palavra “eu”, eles teriam a mesma intensão, mas estariam se referindo a extensões diferentes. Como isso contraria a hipótese (II), a conclusão de Putnam é de que significados não estão na cabeça dos falantes. Essa conclusão está correta? A meu ver, não. Em primeiro lugar, vê-se no argumento que a hipótese (II) é tomada como verdadeira, mas continua sem ser justificada. Vejamos, porém, o que acontece se concedermos a verdade dessa hipótese, o que, particularmente, acho razoável. O que acontece é que a conclusão de Putnam não se segue necessariamente. Isso é porque se pode postular uma noção de significado pela qual os Oscars usam a palavra “eu” para designar coisas diferentes quando têm crenças diferentes, e coisas iguais quando têm crenças iguais.

¹⁸ Aqui (C1) e (C2) correspondem respectivamente a (I) e (II).

Suponha que os dois Oscars se encontrassem, talvez numa convenção interplanetária de *doppelgangers*. Oscar₁ chamaria Oscar₂ de “eu”? E o contrário? Óbvio que não! Isso mostra que eles não associam o mesmo critério à palavra “eu”. O critério que Oscar₁ usa, por exemplo, exclui Oscar₂, e vice-versa. Alguém poderia protestar dizendo: “Mas como é possível? Eles são idênticos”. Aparentemente não são tão idênticos a ponto de um achar que é o outro. Com efeito, um critério que eles devem associar à palavra “eu” é algo como “este que está aqui” ou “este que fala agora”. Como eles não ocupam os mesmos lugares no espaço-tempo, eles não podem mesmo ser idênticos, e sabem disso, ou seja, no uso da palavra “eu”, a intensão (no sentido de “critério de uso internalizado”) de Oscar₁ é diferente da intensão de Oscar₂. Conseqüentemente, as extensões são diferentes.

É verdade, porém, que as coisas poderiam ser colocadas em outros termos. A Terra gêmea poderia ser apresentada como um mundo possível acessível ao nosso. Nesse caso, Oscar₁ e Oscar₂ seriam mesmo idênticos, pelo menos, pode-se dizer que eles teriam a mesma essência. Isso presta alguma ajuda ao propósito de Putnam? Parece que não. O que acontece nesse caso é que não temos duas extensões, temos apenas uma: Oscar₁ = Oscar₂. Desse modo, o mesmo critério internalizado determina a mesma extensão. Ou seja, não fica demonstrado que significados não estão na cabeça dos falantes (embora também não fique demonstrado o contrário).

Uma última esperança poderia ser depositada no exemplo do olmo (*elm*) e da faia (*beech*). Putnam diz que se uma pessoa é como ele, no sentido de não saber quase nada sobre olmos e faias, e por isso mesmo é incapaz de diferenciar um olmo de uma faia, então o conceito que essa pessoa associa a ‘olmo’ é o mesmo que ela associa a ‘faia’. O conceito é algo vago e indistinto. No entanto, as extensões de ‘olmo’ e ‘faia’ são evidentemente diferentes. Ou seja, temos duas palavras com a mesma intensão e extensões diferentes, o que seria um absurdo e provaria que significados não estão na cabeça. Aqui o problema é que Putnam declara que, para um falante sem informação suficiente para diferenciar faias e olmos, a intensão de ‘faia’ é idêntica à intensão de ‘olmo’, e essa observação não parece razoável. Só porque eu não posso diferenciar polonês de russo isso não significa que o meu conceito de polonês seja idêntico ao meu conceito de russo. Eu sei que polonês não é russo. E, da mesma forma, apesar da

minha ignorância em botânica, eu sei que olmos não são faias, e acredito que Putnam também saiba disso. Se é verdade que eu associo algum critério à palavra ‘faia’, esse critério deve incluir algo como esta cláusula: “não é um olmo”. Já o critério que eu associo a ‘olmo’, se é que eu associo algum, não inclui esta cláusula, na verdade, ele é incompatível com ela. Dessa forma, supondo que tenho tais conceitos, eu posso dizer que meu conceito de *olmo* é diferente do meu conceito de *faia*, muito embora eu não possa diferenciar um olmo de uma faia ¹⁹.

Moravicsik, em *How Do Words Get Their Meanings?*, chama a atenção para o fato de que Putnam confunde duas coisas muito diferentes: uma coisa é saber uma intensão, outra coisa é saber identificar uma extensão. Destarte, é possível que alguém saiba uma intensão e não seja capaz de identificar a extensão consentânea. Moravicsik explica que isso acontece porque nem sempre a intensão é composta de critérios envolvendo propriedades observacionais.

A verdade é que nenhum dos argumentos de Putnam (o argumento do alumínio/molibdênio não é exceção) consegue estabelecer que é incoerente considerar que significados estão na cabeça dos falantes. Na minha opinião, Putnam não consegue o que pretende com os seus argumentos críticos. Por outro lado, quando ele expõe sua hipótese sócio-linguística para explicar como se determina as extensões das palavras, parece-me que temos aí um tipo de argumentação mais promissora. Tal argumentação não tem o objetivo de mostrar as falhas de outra teoria, mas a de apresentar uma teoria diferente. Argumentar que essa nova teoria é mais aceitável do que a primeira parece ser a única forma de crítica possível de se fazer à teoria tradicional.

Por fim, preciso esclarecer que embora tenha apontado vários problemas no argumento de Putnam, concordo que significados não estão na cabeça dos falantes. Mas concordo com isso unicamente porque adoto a definição de “significado” dada anteriormente. Para mim, significado é o que um dicionário dá, conseqüentemente, significados estão nos dicionários, não nas cabeças das pessoas. Isso, contudo, não faz de mim um externalista. O que acontece é que, para mim, a noção de *significado* não deveria ser considerada a noção mais importante de uma teoria semântica da linguagem. A noção que deveria ser

¹⁹ Bem depois de escrever esse capítulo, descobri que em *Intencionalidade*, Searle apresenta um argumento muito parecido para refutar o exemplo olmo-faia de Putnam (cf. SEARLE, 2002:280-2).

considerada fundamental, como tentarei mostrar nos dois últimos capítulos desta tese, é a noção de *informação*. A linguagem é essencialmente um veículo de informações e é preciso explicar como essas informações são codificadas e decodificadas pelos falantes. Ao meu ver, essa explicação só pode ser dada por uma semântica internalista, isto é, por uma semântica mentalista. É uma semântica assim que proponho e é isso que faz de mim um internalista.